



CONGRESSO NACIONAL

MPV 582

00125

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|--|
| Data 27/09/2012 | Proposição Medida Provisória nº 582 /2012 |
|--------------------|--|

| | |
|-------------------------|-------------------------|
| Autor ALFREDO KAEFER | Nº do prontuário 451 |
|-------------------------|-------------------------|

| | | | | |
|--|--|--|-------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Supressiva | <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva | <input type="checkbox"/> 3. Modificativa | <input type="checkbox"/> 4. Aditiva | <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global |
|--|--|--|-------------------------------------|---|

| | | | | |
|--------|------|-----------|--------|--------|
| Página | Art. | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|--------|------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente – se, onde couber, o artigo à Medida Provisória nº 582, de setembro de 2012, com a seguinte redação:

“ Art. XX Fica prorrogado, até o último dia do sexto mês subsequente ao da publicação desta lei, o prazo para opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Parágrafo único. Cumpre à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, a regulamentação dos atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei, inclusive quanto à forma e ao prazo para confissão dos débitos a serem parcelados. “

JUSTIFICATIVA

Com o agravamento da crise econômica internacional, cujos efeitos já começam a atingir também o Brasil, renova-se a necessidade de medidas de caráter econômico destinadas a impulsionar o crescimento e a criação de empregos: o sucesso alcançado com as políticas adotadas nos últimos anos o comprova.

Apesar disso, os agentes produtores ainda padecem sob uma carga tributária insustentável, situada seguramente entre as mais elevadas do Planeta, e agravada pela complexidade da legislação, além da multiplicidade de obrigações acessórias, que elevam os custos fiscais a um nível impossível de descrever.

Tomando como exemplo o programa de consolidação e parcelamento de débitos criado pela Lei nº 11.941, de 2009, que visava a regularizar a situação fiscal de um grande número de contribuintes, constatou-se que as dificuldades trazidas pela legislação para a adesão foram de tal monta, que cerca de dois terços dos possíveis beneficiários não conseguiram ultimar os procedimentos dentro do prazo.

A proposta que ora se submete ao debate dos membros deste Parlamento visa a reabrir aquele prazo, renovando as esperanças de empresários e trabalhadores interessados na recuperação de suas empresas e na manutenção de seus empregos.

Certo da compreensão dos ilustres pares quanto à importância da matéria, solicito o seu apoio, indispensável para que seja aprovada.

| | | | |
|--------------------|---------------------------------------|----------|-----------------|
| CÓDIGO 451 | NOME DO PARLAMENTAR ALFREDO KAEFER | UF PR | PARTIDO PSDB |
| DATA 27/09/2012 | ASSINATURA | | |

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 27/09/2012, às 16:50
Rodrigo Bedritchuk - Mat. 220842